



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**



**ATA DE INSTALAÇÃO**

Aos dezanove dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, às 09h00min, na Sala de Audiências do Fórum desta Comarca de Irituia, onde presentes se encontravam os Excelentíssimos Senhores Dr. JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE, Juiz Auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior (CJCI), a Exma. Sra. Dra. DIANA CRISTINA FERREIRA DA CUNHA, Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca, Senhores JANE VIEIRA ALCÂNTARA NEVES, Chefe de Gabinete, DANIEL DOS REIS AFFONSO e ELIAS SALOMÃO ABUFAIAD NETO, Assessores Jurídicos da CJCI, e MANUEL BELLARMINO DA COSTA NETO, Analista Judiciário, deu-se por instalada a Correição Geral Ordinária na Comarca de Irituia, conforme previsto na Lei nº 5.008, de 10/12/1981 - Código de Organização Judiciária do Estado do Pará, art. 164, inciso I, o que, para constar, Eu *Jane Vieira Alcântara Neves* (Jane Vieira Alcântara Neves), lavrei o presente termo, o qual segue devidamente assinado por mim e demais presentes.

*José Antônio Ferreira Cavalcante*  
**JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE**  
Juiz Auxiliar

**DIANA CRISTINA FERREIRA DA CUNHA**  
Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Irituia

*Jane Vieira Alcântara Neves*  
**JANE VIEIRA ALCÂNTARA NEVES**  
Chefe de Gabinete

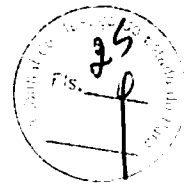
*Daniel dos Reis Affonso*  
**DANIEL DOS REIS AFFONSO**  
Assessor Jurídico

*Elías Salomão Abufaiad Neto*  
**ELIAS SALOMÃO ABUFAIAD NETO**  
Assessor Jurídico

*Manuel Bellarmino da Costa Neto*  
**MANUEL BELLARMINO DA COSTA NETO**  
Analista Judiciário



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**



**RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA  
COMARCA DE SANTA MARIA DO PARÁ**

**DATA: 18/05/2015**

Competência: vara única, com competência cível e criminal.

O Juiz titular da vara única da comarca de Santa Maria do Pará é o dr. Augusto Bruno de Moraes Favacho, desde 07/02/2008.

**CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DO FÓRUM:**

O prédio onde funciona o fórum da comarca foi inaugurado em abril de 1995 e teve uma pequena reforma há quatro anos, necessitando atualmente de reforma nos banheiros masculino e feminino e na sala dos oficiais de justiça. Há salas que se encontram com mofo e existem muitas infiltrações no prédio. As telhas são antigas e permitem a entrada de morcegos, que depositam fezes no forro, ocasionando mau odor, com prejuízo à saúde dos usuários.

O Fórum não possui rampa de acesso para portadores de necessidades especiais e há necessidade de nova pintura.

As condições de limpeza e de higiene são boas e há boa segurança no local.

A Secretaria Judicial, a sala dos oficiais de justiça, o Protocolo, a Distribuição e o Arquivo necessitam de mesas, de cadeiras e de armários, para melhor atender às necessidades dos usuários.

O número de computadores disponíveis é inferior ao número de funcionários, e há necessidade de mais pontos de acesso à internet.

A residência oficial está localizada no fundo do imóvel destinado ao fórum e a construção da casa é a mesma da época da construção do prédio do fórum, não tendo condições de habitação, com necessidade de reformas, sendo utilizada atualmente como depósito e arquivo.

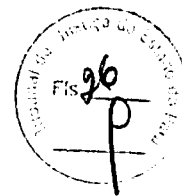
**DO QUADRO FUNCIONAL:**

Há 06 (seis) servidores públicos concursados do Tribunal de Justiça lotados na comarca, sendo 04 (quatro) analistas judiciários, um dos quais ocupa a função de Diretor de Secretaria, e 02 (dois) auxiliares judiciários.

Mônica Maciel Soares Fonseca  
Juíza Auxiliar da Corregedoria de  
Justiça das Comarcas do Interior



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**



Há 02 (dois) oficiais de Justiça. Existem 05 (cinco) servidores cedidos pela Prefeitura, dos quais 03 (três) são funcionárias comissionadas e não concursadas.

Há uma funcionária que exerce a função de agente de serviços gerais, contratada pela empresa Amazônia Clean Limpeza e Conservação Ltda., e 04 (quatro) vigilantes contratados da empresa Polo Segurança especializada Ltda. Há 02 (dois) estagiários.

No gabinete do Juiz estão lotadas uma analista judiciário do TJE e uma servidora cedida pela Prefeitura, comissionada, a qual é funcionária do quadro municipal há 13 (treze) anos e 06 (seis) meses.

**DA SECRETARIA DA VARA:**

Na Secretaria da Vara, há 05 (cinco) servidores concursados do Tribunal de Justiça e há 02 (duas) servidoras cedidas pela Prefeitura Municipal, comissionadas, além de 02 (dois) estagiários.

Na Secretaria, os processos são acondicionados em pastas dispostas em armários e é bom o estado de conservação dos processos e das pastas.

Observou-se organização na Secretaria, e os feitos envolvendo prioridades encontram-se separados por fase processual e por tarjas coloridas. Há controle da provável data da prescrição.

A última correição havia sido realizada em 2013.

De acordo com a contagem física, há 1934 processos em tramitação, havendo 2040 de acordo com o acervo do Libra.

Há 1105 processos cíveis, 111 feitos da Infância e Juventude, e há 705 processos penais.

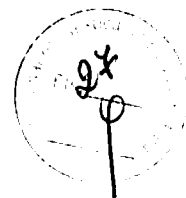
Há 88 (oitenta e oito) processos cíveis e 46 (quarenta e seis) processos criminais da Meta 2/2015 do CNJ (distribuídos até 31/12/2011), 04 (quatro) da Meta 4/2015-CNJ – ações de improbidade administrativa, distribuídas até 31/12/2012, e 05 (cinco) ações da Meta 6/2015-CNJ (ações coletivas distribuídas até 31/12/2012).

A Meta 01 do CNJ (julgamento no ano de ações em número maior do que o número de distribuídas) não chegou a ser cumprida nos anos de 2012 e 2013, vindo a ser cumprida no ano de 2014, quando foram distribuídas 470 ações e julgadas 628 do acervo processual.

  
Mônica Maciel Soares Fonseca  
Juiza Auxiliar da Corregedoria de  
Justiça das Comarcas do Interior:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**



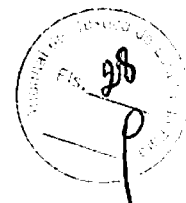
**ANÁLISE DOS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS:**

- 1) 0004443-65.2014.8.14.0057: data da audiência de instrução e julgamento – 25/05/2015, às 10:00 horas. Tramitação regular;
- 2) 0000642-10.2015.8.14.0057: pendente devolução de Carta Precatória de citação de dois réus presos que se encontram em Castanhal. Foi recomendada nos autos a agilização do feito com relação à expedição de Carta Precatória de citação do réu Mayko Henrique Silva de Souza;
- 3) 0003894-55.2014.8.14.0057: um denunciado preso por prisão preventiva em 06/04/2015, que teve Carta Precatória de citação para o Juízo de Castanhal expedida em 30/04/2015. Recomendou-se nos autos a agilização do processo, por envolver réu preso.
- 4) 0000141-56.2015.8.14.0057: uma denunciada presa. Citada por carta precatória para apresentar resposta escrita à acusação. Apresentada a resposta, após análise sobre a inexistência de hipótese de absolvição sumária, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 01/06/2015, às 09:00 horas. Tramitação regular.
- 5) 0001251-90.2015.8.14.0057: um réu preso. Fase de citação. A tramitação processual está regular.
- 6) 0002926-25.2014.8.14.0057: interposição de recurso de apelação;
- 7) 0005106-14.2014.8.14.0057: Dois denunciados, sendo um preso provisório. Apresentação de resposta escrita à acusação desde 14/04/2015. Necessidade de análise para agilização;
- 8) 0002006-51.2014.8.14.0057: um réu preso. Parte da audiência de instrução realizada em 24/11/2014 e expedida Carta Precatória para a comarca de Ananindeua (Vara do Tribunal do Júri) – designada oitiva de testemunhas para 29/06/2015. Necessidade de agilização maior do processo;
- 9) 0001966-69.2014.8.14.0057: sentenciado. Pendente a intimação do apenado;
- 10) 0001146-16.2015.8.14.0057: dois denunciados presos provisórios. Denúncia oferecida em 23/04/2015, pendente o cumprimento de carta precatória de citação;

Mônica Maíel Soares Fonseca  
Juíza Auxiliar da Corregedoria de  
Justiça das Comarcas do Interior



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**



11)0000581-52.2015.8.14.0057: dois réus presos provisórios. Aguardando a citação do réu Mateus Silva Souza, por carta precatória dirigida ao Juízo de Castanhal, e, com relação ao réu Mayko Henrique Silva Souza, foi citado em 30 de março de 2015, sem resposta escrita à acusação nos autos. Foi recomendada a verificação da possibilidade de nomeação de defensor público para apresentação da defesa escrita;

12)0000604-95.2015.8.14.0057: um denunciado preso provisório (desde 12/02/2015). Réu Carlos Jonathan Pereira. Pendente cumprimento de carta Precatória pelo Juízo de Castanhal para citação. Cobrada a devolução da precatória nos autos. Necessidade de agilização;

13)0000924-48.2015.8.14.0057: um denunciado preso provisório. Expedida precatória para citação do réu ao Juízo da comarca de Castanhal em 17/04/2015;

14)0005428-68.2013.8.14.0057: autos apartados dos autos de processo criminal nº 0004013-50.2013.8.14.0057 – roubo qualificado por emprego de arma e concurso de agentes, com 08 (oito) réus. Apartados os autos com relação aos denunciados Rafael Costa de Souza e Danilo Coelho Monteiro, encontrando-se este último preso provisoriamente no CT de Ananindeua. Expedida Carta precatória para citação do réu preso em 27/04/2015. Mantida a prisão preventiva durante mutirão carcerário (previsto na portaria nº 1265/2015-GP, de 24/03/2015);

15)0001142-76.2015.8.14.0057: dois réus presos provisórios (data da prisão: 02/04/2015). Recebida a denúncia, pendente cumprimento do mandado de citação do réu Raimundo Mariano Coutinho Rocha e da carta precatória de citação do réu Marcinaldo Pereira Jaques;

16)0000822-26.2015.8.14.0057: dois réus presos provisórios desde 08/03/2015. Recebida a denúncia, foram citados e apresentaram resposta escrita à acusação em 06/05/2015. Tramitação processual regular. Aguardando análise da defesa preliminar e designação de audiência de instrução e julgamento;

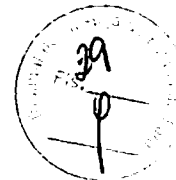
17)0001908-66.2014.8.14.0057: réu preso provisório sentenciado, pendente de intimação da sentença, através de carta precatória dirigida ao Juízo da comarca de Santa Izabel do Pará;

18)0004266-04.2014.8.14.0057: Dois réus, sendo um preso provisório desde 29/04/2015 (mandado de prisão preventiva) e outro não localizado

Mônica Maciel Soares Fonseca  
Juíza Auxiliar da Corregedoria de  
Justiça das Comarcas do Interior



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**



(certidão de fls. 12 – em local incerto e não sabido). Expedida carta precatória de citação ao juízo de Castanhal para citação do réu preso. Pendência de andamento processual com relação ao réu não localizado (José Janiel da Silva Nascimento);

19) 0000921-93.2015.8.14.0057: um réu preso provisório (data da prisão: 15/03/2015). Recebida a denúncia, o réu foi citado e apresentou resposta escrita à acusação em 12/05/2015. Pendente análise da defesa preliminar. Tramitação processual regular;

20) 0000928-85.2015.8.14.0057: réu preso provisório desde 13/04/2015. Oferecida a denúncia em 12/05/2015 – pendente de recebimento. Tramitação processual regular;

21) 0001081-21.2015.8.14.0057: dois réus presos provisórios desde 25/03/2015. Recebida a denúncia, expediu-se carta precatória de citação ao juízo da comarca de Castanhal em 29/04/2015, pendente de cumprimento. Tramitação processual regular;

22) 0000763-72.2014.8.14.0057: três réus presos provisórios desde 28/02/2014. Apresentadas alegações finais pela defesa, pendente de prolação de sentença. Necessidade de agilização ante o tempo de prisão provisória (mais de 12 meses);

23) 0000101-19.2007.814.0057: seis réus sentenciados. Pendência de diligências pela Secretaria desde 24/07/2014. Necessidade de agilização. Fase de recurso (fls. 991 e 992 do 2º volume);

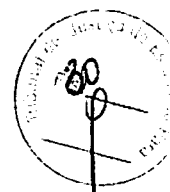
24) 0004013-50.2013.8.14.0057: seis réus, sendo que alguns foram presos nos meses de setembro e outubro de 2013. Foi mantida a prisão preventiva dos réus pelo Juízo em 10/04/2015, durante o Mutirão carcerário estabelecido pela Portaria nº 1265/2015-GP, de 24/03/2015. Foram apresentados memoriais finais pela defesa, sendo que as últimas alegações foram apresentadas em 27/04/2015, encontrando-se pendente prolação da sentença. Necessidade de agilização na conclusão do processo ante o tempo de prisão provisória.

O magistrado informou que realiza quinzenalmente audiências em TCO's, tendo sido convencionado com a autoridade policial a intimação dos autores. Às segundas, são analisados processos de réus presos. Aplica rito sumário aos feitos de processos de natureza cível até 40 (quarenta) salários mínimos.

Mônica Maciel Soares Fonseca  
Juíza Auxiliar da Corregedoria de  
Justiça das Comarcas do Interior



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**



Verificou-se, em boa parte dos processos analisados durante a Correição, que o magistrado despachou de forma manuscrita, e não diretamente através do Sistema Libra, pelo que, cabe recomendar que todo despacho seja logo cadastrado no sistema, exceto em situação excepcional (exemplo: Libra fora do ar ou lentidão do sistema), considerando a necessidade de acesso dos interessados à tramitação processual.

Constatou-se que os pedidos de revogação de prisão e de decretação de prisão preventiva recebem numerações distintas do processo principal, o que contribui para dar a ideia de maior acervo processual no Sistema Libra, com pedidos que podem tramitar nos próprios autos.

Os Inquéritos Policiais e os autos de prisão em flagrante têm a mesma numeração que a ação penal, e são apensados, o que pode dificultar o manuseio dos autos, dependendo do número de folhas. Podem ser extraídas cópias mais importantes para juntada aos autos principais.

O Juiz Bruno Favacho informou não ter reclamação com relação aos equipamentos de informática (apesar de constar do formulário de correição que os computadores são em número insuficiente). Informou que precisa solicitar mais pontos de internet.

Segundo informação do magistrado, haveria somente uma servidora comissionada da Prefeitura e outra efetiva. Há também uma servidora cedida da Prefeitura para serviços gerais e um vigilante, entretanto, no formulário de correição, constam 03 (três) comissionadas do Município.

Com relação aos problemas estruturais, o magistrado titular pontuou a necessidade de troca do telhado do prédio do fórum e a necessidade de isolamento com tela, para evitar a entrada de morcegos. Informou haver problema na parte hidráulica (banheiros), problema na parte elétrica, necessidade de troca de piso, e pintura. Afirmou que “o forro está caindo”.

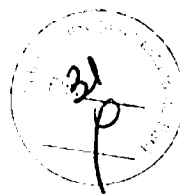
De acordo com a informação do magistrado, a residência oficial é utilizada para arquivo, e precisa de reforma ou de reconstrução, com readaptação para outra finalidade. Os bens apreendidos em processos ficam guardados na residência.

O magistrado declarou que está sendo preparada uma outra sala para os oficiais de Justiça, havendo dois oficiais na comarca.

  
Mônica Maciel Soares Fonseca  
Juiza Auxiliar da Corregedoria de  
Justiça das Comarcas do Interior



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**



Foram analisados processos da Meta 02/2015 do CNJ, constatando-se, em alguns desses processos, paralisação em Secretaria, não justificada, há mais de 02 (dois) anos, conforme relação em anexo:

- 1) Processo nº 0000604-47.2008.814.0057 (ação de execução de alimentos) – paralisação não justificada em Secretaria há mais de 02 (dois) anos;
- 2) Processo nº 0000024-71.2005.814.0057 (ação de execução de alimentos) – permaneceu paralisado em Secretaria por mais de 03 (três) anos, injustificadamente;
- 3) Processo nº 0000610-17.2008.814.0057 (ação de cobrança) – último despacho datado de 26/03/2012 (determinando intimação do Banco do Brasil para constituir novo patrono), após o que, foram praticados atos ordinatórios em Secretaria, o último datado de 03/12/2014.

Foram analisados processos da Meta 04/2015 do CNJ, tendo sido localizados alguns paralisados injustificadamente em Secretaria:

- 1) Processo nº 0000094-96.2009.814.0057 (ação de improbidade administrativa c/c ressarcimento de dano) – conclusos para sentença. Ficou paralisado em Secretaria por quase 02 (dois) anos;

Analisadas ações da Infância e Juventude, constatou-se a existência de alguns processos paralisados há mais de 02 (dois) anos, injustificadamente, conforme relação em anexo:

- 1) Processo nº 0000089-79.2007.814.0057 (suspensão do poder familiar): *processo da Meta 02/CNJ* que ficou paralisado em Secretaria por quase 02 (dois) anos, além de outros períodos de paralisação intercalados;
- 2) Processo nº 0000043-81.2010.814.0057 (ação de destituição do poder familiar) – *processo da Meta 02/CNJ*, paralisado há 01 (um) ano e 06 (seis) meses, datando o último despacho de 05/11/2013, determinando a remessa dos autos ao órgão responsável pelo estudo social;
- 3) 0000642-51.2008.814.0057 (Medida de proteção: colocação em família substituta) – *processo da Meta 02/CNJ*, com períodos de paralisação em Secretaria por 03 (três) anos.

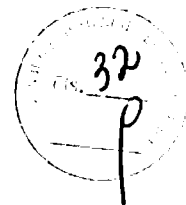
RECLAMAÇÕES DURANTE A CORREIÇÃO:

Mônica Maciel Soares Fonseca  
Juíza Auxiliar da Corregedoria de  
Justiça das Comarcas do Interior





**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**



O dr. Carlos Alberto dos Santos Monteiro, OAB/PA 7737, formalizou reclamação, informando ser advogado militante na comarca. Identificou-se como Promotor de Justiça aposentado.

O reclamante questionou a presença no Fórum da comarca de servidores cedidos pela Prefeitura, que ainda seriam temporários, e tiveram seu contrato prorrogado por mais de uma vez.

Afirma ter formalizado reclamação contra a servidora que atualmente está na distribuição, que não resultou em nada, o que culminou com ação de indenização por danos morais contra o reclamante. Informa que restam 02 (duas) servidoras comissionadas, não efetivas da Prefeitura, cedidas para o Fórum.

Afirmou o reclamante que alguns servidores não se sentem à vontade diante da presença dessas servidoras. O reclamante aponta contrariedade à resolução n. 88 do CNJ. Aponta servidoras nomeadas pela Prefeitura, que são comissionadas e não são efetivas do quadro funcional do Município. Seriam nomeadas como assessoras.

Aduz o reclamante que há problemas políticos sérios na comarca e comentários negativos com relação a essas servidoras. Como há denúncia contra o Prefeito Municipal e contra funcionários da Prefeitura, a presença de servidoras comissionadas gera comentários negativos. Informou que há uma servidora na distribuição e uma em Secretaria, e a terceira estaria atualmente na Defensoria Pública.

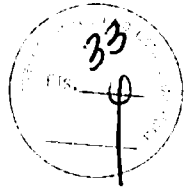
O mencionado advogado reclamou com relação à apreciação de liminares pelo magistrado. Foi informada ao reclamante a possibilidade jurídica de o juiz notificar a autoridade coatora em mandado de segurança, antes da apreciação da liminar, conforme previsão legal, não cabendo à Corregedoria de Justiça interferir na atividade jurisdicional do magistrado, somente em caso de morosidade ou de irregularidade. Aponta um Mandado de Segurança que tramitou na vara da comarca durante mais de 10 (dez) anos, informando que a servidora impetrante teria se aposentado e que apesar da sentença favorável, não pôde retornar ao serviço público.

O advogado reclamante informou também que os oficiais de Justiça não contam com uma sala para lavrar certidões, desenvolvendo seu trabalho em casa, e que precisam cumprir mandados, e às vezes, receberiam advogado em casa, para falar sobre descrição de endereço ou outra informação importante.

Mônica Maciel Soares Fonseca  
Juíza Auxiliar da Corregedoria de  
Justiça das Comarcas do Interior



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**



**RECOMENDAÇÕES AO MAGISTRADO:**

- 1) Agilização dos processos que se encontram conclusos há mais de 100 (cem) dias, sobretudo os que requerem prioridade, como os das Metas 02, 04 e 06 do CNJ, os feitos da Infância e Juventude, os que envolvem interesse de idosos, etc.;
- 2) Agilização de alguns dos processos de réus presos que se encontram relacionados, e que precisam de mais rápida conclusão, ante o tempo de prisão provisória;
- 3) Com relação à reclamação formalizada pelo advogado Carlos Alberto dos Santos Monteiro sobre a existência de servidoras cedidas pela Prefeitura que são comissionadas, e não concursadas, sugiro que o magistrado titular da vara da comarca adequue, na medida do possível, o quadro funcional atual ao previsto no art. 3º da Resolução nº 88, do CNJ, de 08/09/2009, reduzindo para 20% (vinte por cento) do total do quadro, o número de servidores cedidos da Prefeitura Municipal, e que evite designar as servidoras comissionadas que se encontram no fórum para funções estratégicas envolvendo atos e decisões importantes, na Secretaria e em gabinete, aproveitando os servidores concursados do quadro do TJE/PA para tais funções, até mesmo para se evitar questionamentos da sociedade local sobre a credibilidade das decisões e atos do Judiciário;
- 4) Que seja providenciada no prédio do fórum uma sala para os oficiais de justiça lavrarem certidões e para terem espaço para cumprirem outros atos de sua competência;
- 5) Que sejam relacionados os móveis ainda necessários para a Secretaria Judicial e para o gabinete (ou ainda para outros setores do Fórum), para que sejam solicitados ao setor de patrimônio do TJE/PA;
- 6) Que seja verificada a necessidade de mais computadores, para formalização de solicitação à Presidência do TJE/PA;
- 7) Que seja solicitada reforma de urgência no telhado do prédio do Fórum, bem como a possibilidade de serem criados mecanismos para se evitar a entrada de morcegos no fórum.

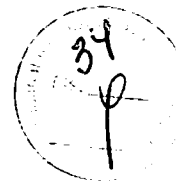
**RECOMENDAÇÕES AO DIRETOR DE SECRETARIA DA VARA:**

- 1) Agilização no cumprimento dos atos em processos das Metas 02 e 04 do CNJ;

Mônica Maciel Soares Fonseca  
Juíza Auxiliar da Corregedoria de  
Justiça das Comarcas do Interior



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**




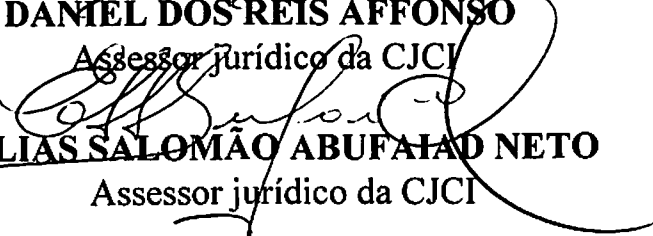
- 2) Agilização no cumprimento dos atos nos processos da Infância e Juventude;
- 3) Agilização no cumprimento dos atos nos processos que se encontram paralisados em Secretaria há mais de 100 (cem) dias;
- 4) Evitar a paralisação de processos em Secretaria por mais de 100 (cem) dias.

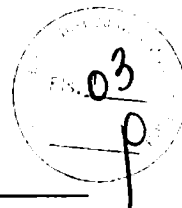
É o Relatório, acompanhado de relação de processos analisados e de outros documentos anexos, que submetemos à apreciação da Exma. Sra. Maria do Céu Maciel Coutinho, desembargadora Corregedora de Justiça das comarcas do interior.

  
**MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA**  
Juíza auxiliar da CJCI

  
**JANE VIEIRA ALCÂNTARA NEVES**  
Chefe de Gabinete da CJCI

  
**DANIEL DOS REIS AFFONSO**  
Assessor jurídico da CJCI

  
**ELIAS SALOMÃO ABUFAIAD NETO**  
Assessor jurídico da CJCI

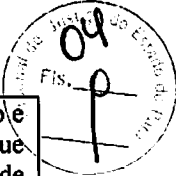


RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

<b>COMARCA: SANTA MARIA DO PARÁ</b>	<b>NO. PROCESSO: 2015.7.002196-0</b>
<b>EDITAL Nº 001/2015-CJCI</b>	SECRETARIA CORREGEDORIA INTERIOR
<b>PERÍODO: 18/05/2015 a 22/05/2015</b>	Data Cadastro 08/07/2015
	CLASSE CORREICAO - ORDINARIA
<b>Juíza Corregedora: Dra. Monica Maciel Soares Fonseca</b>	
<b>1. INFORMAÇÕES GERAIS</b>	
<b>1.1 UNIDADE JUDICIAL: COMARCA DE SANTA MARIA DO PARÁ</b>	
<b>1.2 COMPETÊNCIA: CÍVEL E CRIMINAL</b>	
<b>1.3 MAGISTRADO (A): AUGUSTO BRUNO DE MORAES FAVACHO</b>	
<b>1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:</b> Titular ATO JUDICIAL Nº 13/2008 – SJ – Publicado no Diário de Justiça 4041 de 07/02/2008.	
<b>1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO:</b> Desde 07/02/2008 até o presente	
<b>2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA</b>	
<b>2.1 ENDEREÇO:</b> Av. Bernado Sayão, 527, Centro, Santa Maria do Pará	
<b>2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL:</b> De propriedade do Governo do Estado do Pará, conforme Escritura Pública de desapropriação amigável, lavrado sob o nº 428, fl 152-v do Cartório Diniz.	
<b>2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS:</b> Relacionar e descrever: 14 (catorze) salas, com as seguintes utilizações - 01 (uma) Protocolo Geral e Distribuição; - 02 (duas) Cartório Judicial; - 01 (uma) Copa cozinha - 01 (uma) Sala Oficial de Justiça; - 01 (uma) Carceragem; - 01 (uma) Defensoria Pública; - 01 (uma) Promotoria de Justiça - 02 (dois) Banheiros; - 03 (duas) Gabinete do Juiz; e - 01 (uma) Salão do Tribunal do Júri. OBS: não há espaço disponível para os officas de justiça para que confeccionem as certidões, a despeito de haver sala disponível, destinada a utilização por comissões/grupos de trabalho do TJE que porventura visitem a comarca, ficando a sala na maior parte do tempo sem utilização.	
<b>2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS:</b> ( ) Boas ( X )Regulares ( )Ruins Justificar: O prédio foi inaugurado em abril de 1994. Em alvenaria, obteve uma pequena reforma há quatro anos, atualmente necessita de reforma nos banheiros masculino e feminino e da sala dos oficiais. Em muitos	



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**



compartimentos há mofo que causa odor forte. Também há muitas infiltrações no prédio. O piso, o telhado e o forro devem ser trocados, as telhas tipo canal são antigas e permitem a penetração de morcegos, que depositam fezes no forro, causando mau odor, com prejuízo à saúde dos usuários. O prédio necessita de adequações funcionais para melhor atender às necessidades dos servidores e usuários, inclusive a instalação de novos pontos de acesso a internet, o Fórum não possui rampa de acesso para cadeirantes, também necessita de nova pintura.

**2.5 LIMPEZA E HIGIENE:**

Boas                       Regulares                       Ruins

Justificar: Satisfatório.

**2.6 MOBILIÁRIO:**

Bom                       Regular                       Ruim

Justificar:

Mobiliário antigo, e em ordem. Entretanto já não atendem satisfatoriamente a necessidades dos servidores e usuários, a Secretária Judicial, a Sala dos Oficiais, o Protocolo e Distribuição e o Arquivo, necessitam de mesas e cadeiras de escritórios e armários, pois os que estão disponíveis já não atendem as necessidades dos usuários, o número de computadores disponíveis é inferior ao número de funcionários bem como os pontos de acesso a internet.

**2.7 SEGURANÇA:**

Boa                       Regular                       Ruim

Justificar: O Fórum da Comarca conta com segurança armada 24 horas.

**2.8 ACESSIBILIDADE:**

Boa                       Regular                       Ruim

Justificar: Satisfatório

**2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL:**

Boa                       Regular                       Ruim

Justificar: Ao fundo do Fórum, encontra-se a residência oficial, construída em alvenaria com sala, copa cozinha, área de serviço, duas suítes e um quarto. A construção do imóvel é da mesma época da construção do prédio do Fórum. Atualmente a residência oficial não tem condições de habitação, necessita de reformas urgentes, é utilizada como depósito e arquivo.

**3. MAGISTRADOS**

**3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dr. AUGUSTO BRUNO DE MAORAES FAVACHO, atual na comarca como Juiz Titular desde fevereiro de 2008.**

**3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO:**

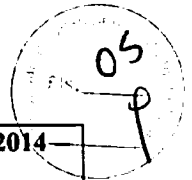
1 – André Luiz Filo-Creão Garcia da Fonseca, Juiz Substituto, Portaria nº 3064/2010-GP, de 15/12/2010 – no período de 07/01/2011, até o retorno do Juiz Titular;

2 – Newton Carneiro Primo, Juiz Substituto, Portaria nº 0624/2011-GP, de 28/02/2011 – no período de 01 a 08/03/2011;

3 – Alexandre José Chaves Trindade, Juiz Substituto, Portaria nº 2072/2011-GP, de 28/07/2011 – no período de 1º a 30/08/2011;

4 – André Luiz Filo-Creão Garcia da Fonseca, Juiz Substituto, Portaria nº 3582/2011-GP, de 14/12/2011 – no período de 09/01 a 07/02/2012, até o retorno do Juiz Titular;

5 – José Leonardo Frota de V. Dias, Juiz Substituto, Portaria nº 0582/2014-GP, de 28/02/2014 – no período de 06/03 a 06/04/2014;



6 – Francisco Daniel Brandão Alcântara, Juiz Substituto, Portaria nº 3962/2014-GP, de 28/11/2014 – no período de 15/12/2014 a 31/01/2015;

7 – Francisco Daniel Brandão Alcântara, Juiz Substituto, Portaria nº 4214/2014-GP, de 17/12/2014 – no período de 14/01/2015 a 15/02/2015;

8 – Diana Cristina Ferreira da Cunha, titular da Comarca Irituia, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Comarca de Santa Maria do Pará, Portaria nº 1795/2015 – GP. de 11/05/2015 – no período de 10/05 a 17/05/2015;

### 3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL:

– FÉRIAS DO MAGISTRADO, Portaria nº 3064/2010-GP, de 15/12/2010 – no período de 07/01/2011;

– FÉRIAS DO MAGISTRADO, Portaria nº 0624/2011-GP, de 28/02/2011 – no período de 01 a 08/03/2011;

– FÉRIAS DO MAGISTRADO, Portaria nº 2072/2011-GP, de 28/07/2011 – no período de 1º a 30/08/2011;

– FÉRIAS DO MAGISTRADO, Portaria nº 3582/2011-GP, de 14/12/2011 – no período de 09/01 a 07/02/2012;

– FÉRIAS DO MAGISTRADO, Portaria nº 0582/2014-GP, de 28/02/2014 – no período de 06/03 a 06/04/2014;

– FÉRIAS DO MAGISTRADO, Portaria nº 3962/2014-GP, de 28/11/2014 – no período de 15/12/2014 a 31/01/2015;

– FÉRIAS DO MAGISTRADO, Portaria nº 4214/2014-GP, de 17/12/2014 – no período de 14/01/2015 a 15/02/2015;

– LICENÇA NOJO, Portaria nº 1795/2015-GP, de 11/05/2015 – no período de 10/05 a 17/05/2015;

### 3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS:

– Justiça Eleitoral da Comarca de Santa Maria do Pará;

– São Miguel do Guamá, Portaria nº 1318/2014, de 30/04/2014 - no período de 02 a 31/05/2014;

– Irituia, Portaria nº 3508/2014, de 30/10/2014 - no período de 10/11 a 01/12/2014;

– São Francisco do Pará, Portaria nº 3508/2014, de 30/10/2014 - no período de 03/11 a 02/12/2014;

– São Domingos do Capim, Portaria nº 3508/2014, de 30/10/2014 - no período de 03/11 a 02/12/2014;

– São Miguel do Guamá, Portaria nº 1702/2015, de 30/04/2015 - no período de 04/05 a 02/06/2015;

– Inhangapí, Portaria nº 1702/2015, de 30/04/2015 - no período de 04 a 15/05/2015;

### 3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES

Relacionar e descrever:

Não

### 3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL:

Relacionar e descrever:

A Unidade Jurisdicional não emprega nenhum aparato tecnológico à prestação jurisdicional, além da utilização de computadores e sistemas de informática do TJE/PA.



06  
P

3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:		
JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01 – Newton Carneiro Primo	01/03/2011	08/03/2011
02 – Alexandre José Chaves Trindade	01/08/2011	30/08/2011
03 – André Luiz Filo-Creão Garcia da Fonseca	09/01/2012	07/02/2012
04 – José Leonardo Frota de V. Dias	06/03/2014	06/04/2014
05 – Francisco Daniel Brandão Alcântara	15/12/2014	31/01/2015
06 – Francisco Daniel Brandão Alcântara	14/01/2015	15/02/2015
07 – Diana Cristina Ferreira da Cunha	10/05/2015	17/05/2015

**4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):**

**4.1 GABINETE:**

Nome: Samara Gimenes Carvalho  
Cargo: Analista Judiciária / 108472  
Ato de nomeação:  
Ato de lotação: Portaria nº 3580/2013-GP, de 13/09/2013

Nome: Ana Cristina Silva de Souza Fonseca  
Cargo: Cedida pela Prefeitura  
Ato de nomeação: Servidora Comissionada do Município de Santa Maria do Pará  
Ato de lotação: Cedida ao Poder Judiciário através da Portaria nº 002-B, de 02/01/2007  
Servidora tem 13 anos e 6 meses de serviços na prefeitura.

**4.2 SECRETARIA:**

Nome: Reginaldo Cardoso da Cruz  
Cargo: Diretor de Secretaria/Analista Judiciário/116556  
Ato de nomeação:  
Ato de lotação: Portaria nº 4593/2013-GP, de 12/11/2013

Nome: Sandra Fabiana Barbosa de Cerqueira  
Cargo: Analista Judiciária / 93491  
Ato de nomeação:  
Ato de lotação: Portaria 9341/2013, de 03/09/2013.

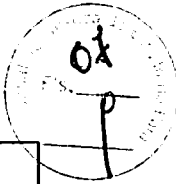
Nome: Amália Alves Chaves  
Cargo: Auxiliar Judiciária / 9614-8  
Ato de nomeação: Portaria 3237/2011, de 21/11/2011.  
Ato de lotação: mesma portaria

Nome: Oscar Brito  
Cargo: Auxiliar Judiciário / 6864-0  
Ato de nomeação: Portaria nº 0921/2008, de 15/06/2008.  
Ato de lotação: Ofício nº 616/DSAP/2008, de 09/06/2008.

Nome: Lillian do Socorro de Farias Costa  
Cargo: Auxiliar Judiciária / 106623 / SERVIDORA CEDIDA AO GOVERNO DO ESTADO  
Ato de nomeação:  
Ato de lotação: Ofício nº 2549/2013-DAP, de 03/09/2013.

Nome: Orlando Conceição Silva de Oliveira  
Cargo: Cargo Comissionado – Chefe da UNAJ / 10043-9  
Ato de nomeação: Portaria 0808/2012, de 06/03/2012.  
Ato de lotação: mesma portaria

Nome: Geциane de Araújo Silva  
Cargo: Cedida pela Prefeitura



Ato de nomeação: Servidora Comissionada do Município de Santa Maria do Pará  
Ato de lotação: Cedida ao Poder Judiciário através da Portaria nº 099/1996-GP, de 04/11/1996.  
Servidora tem 22 anos e 6 meses de serviços na prefeitura.

**Nome: Araly Wana Corrêa Botelho**

**Cargo: Cedida pela Prefeitura**

Ato de nomeação: Servidora Comissionada do Município de Santa Maria do Pará

Ato de lotação: Cedida ao Poder Judiciário através da Portaria nº 049/2001-GP, de 01/04/2001.

**Nome: Paulo Carvalho Costa**

**Cargo: Oficial de Justiça / 6645**

Ato de nomeação: Portaria nº 0943/1993, de 13/12/1993.

Ato de lotação:

**Nome: Peter Jones Vieira da Silva**

**Cargo: Oficial de Justiça / 107883**

Ato de nomeação: Portaria nº 3171/2012, de 04/09/2012.

Ato de lotação: mesma portaria

**Nome: Nathália de Oliveira Cunha**

**Cargo: estagiária/138304**

**Nome: Reyvison da Silva Braz**

**Cargo: estagiário/139742**

#### **DEMAIS SERVIDORES A DISPOSIÇÃO DA COMARCA**

**Nome: Francisca Rosiane Leite de Pinto**

**Cargo: Cedida pela Prefeitura / Servente**

Ato de nomeação: Servidora Quadro do Município de Santa Maria do Pará

Ato de lotação: Cedida ao Poder Judiciário através da Portaria nº 056/2010-GP, de 11/05/2010.

**Nome: Luiz Dornelas Assunção**

**Cargo: Cedido pela Prefeitura / Guarda noturno**

Ato de nomeação: Servidor do Quadro do Município de Santa Maria do Pará

Ato de lotação: Cedida ao Poder Judiciário através da Portaria nº 031/2008-GP, de 02/04/2008.

**Nome: JACIRENE SOUSA DA SILVA**

**Cargo: Agente de Serviços Gerais contratada pela empresa Amazônia Clean Limpeza e Conservação Ltda.**

**Nome: ANDERSON CLEISON BRAZ DE OLIVEIRA**

**Cargo: Vigilante contratado da Empresa Polo Segurança Especializada. Ltda**

**Nome: REGINALDO DA SILVA BRAZ**

**Cargo: Vigilante contratado da Empresa Polo Segurança Especializada. Ltda**

**Nome: HENRIQUE CORREA DE MELO**

**Cargo: Vigilante contratado da Empresa Polo Segurança Especializada. Ltda**

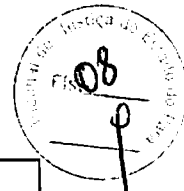
**Nome: RAIMUNDO LOPES DOS SANTOS**

**Cargo: Vigilante contratado da Empresa Polo Segurança Especializada. Ltda**

**OBS: verifica-se no quadro funcional a existência de servidores comissionados cedidos pela Prefeitura Municipal atuando na secretaria judicial**

**5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA**





<b>5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:</b> Francys Lucy Galhardo do Vale – desde 2009
<b>5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:</b> Titular
<b>5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE?</b> Sim, com promotoria na Comarca de Castanhal
<b>5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:</b> A Comarca de Santa Maria do Pará não dispõe de Defensor Público desde julho/2014.
<b>5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:</b> Prejudicado
<b>5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE?</b> Prejudicado
<b>6 APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL</b>
<b>6.1 VEÍCULOS</b>
<b>6.1.1 FROTA:</b>  - 01 (um) automóvel da marca FIAT, modelo UNO Economy 1.4, ano 2012. - 02 (duas) MOTOCICLETAS, modelo HONDA/CG 125 Cargo.
<b>6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE?</b> ( ) Sim ( X ) Não Justificar: Uma das motocicletas está parada por defeito mecânicos, necessita de conserto e manutenção.
<b>6.2 INFORMÁTICA:</b>
<b>6.2.1 ACESSO À INTERNET:</b> ( X ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim Justificar: A Comarca tem acesso a internet via satélite (INFORSAT), e via rádio (PRODEPA)
<b>6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE):</b> 07 na secretária, 03 no gabinete do Magistrado, 01 no salão do tribunal do Júri e 02 no protocolo e distribuição.  Quantidade adequada ao quantitativo de servidores e computadores disponíveis.
<b>6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS:</b> Sistema LIBRA
<b>6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail):</b> Sim, tjepa057@tjpa.jus.br (e-mail da Comarca). Comarca utilização também como meio de comunicação eletrônica o sistema de malote digital.
<b>7 SECRETARIA JUDICIAL</b>
<b>7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS?</b> ( X ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim Justificar: Os processos são acondicionados em pastas que são dispostos em armários.
<b>7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO?</b> ( X ) Sim ( ) Não



Justificar:

**7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO?**  
 Sim                     Não  
 Justificar: Sim, as tramitações internas e externas dos processos estão devidamente registradas no sistema LIBRA.

**7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL?**  
 Sim                     Não  
 Justificar: Sim, todos os servidores e estagiários possuem e senhas individuais e as utilizam normalmente.

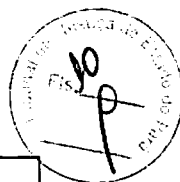
**7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES?**  
 Sim                     Não  
 Justificar: Sim, treinamento em utilização do sistema LIBRA, gestão de processos, atualização em processo civil; a distância ou no pólo.

**7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA?**  
 Sim                     Não  
 Justificar: Sim, todas as audiências designadas são cadastradas no sistema LIBRA e são acompanhadas diariamente pela secretaria judicial.

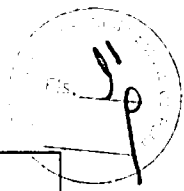
**7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?**  
 Sim                     Não  
 Justificar: Não, tão logo sejam finalizados os processos são arquivados ou é providenciado sua baixa.

**7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA?**  
 Diariamente.

<b>8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL</b>	
<b>8.1 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FISICA</b>	<b>QUANTIDADE</b>
<b>CÍVEIS</b>	
CÍVEIS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)	88
CÍVEIS – META 4/2015-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012	4
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	195
CÍVEIS – META 6/2015 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012)	5
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	23
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	0
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DA META)	795
<b>CRIMINAIS</b>	
PENAS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)	46
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	35
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	33
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	88
EXECUÇÃO PENAL	23
PENAS (EXCLUÍDOS OS DA META)	468
<b>INFÂNCIA E JUVENTUDE</b>	
ATO INFRAACIONAL	35
SITUAÇÃO DE RISCO	7



TUTELA	42	
GUARDA	20	
ADOÇÃO	7	
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	0	
<b>CARTAS PRECATÓRIAS</b>		
PRECATÓRIAS CÍVEIS	6	
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	14	
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	0	
<b>NÚMERO DE PROCESSOS SEGUNDO CONTAGEM FÍSICA:</b> Processos Cíveis: 1105 Infância e Juventude: 111 Processos Penais: 705 <b>TOTAL DE PROCESSOS: 1934 (contagem física)</b>		
Em tramitação externa: 199		
Acervo LIBRA: 2040		
<b>9. INDICADORES GERAIS</b>		
<b>9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET:</b> ( X ) Sim ( ) Não Justificar:		
<b>9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)</b>		
ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2012	520	393
2013	517	303
2014	470	628
<b>9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:</b> ( X ) Sim ( ) Não TCO- cor azul; alimentos- amarelo; execução fiscal – cinza; retificação de registro – laranja; presos-vermelho; carta precatória- verde; inquérito policial – prata; busca e apreensão-dourado; medidas protetivas – rosa claro; ato infracional – rosa escuro; preso foragido – preto; ACP improbidade e mandado de segurança – roxo		
<b>9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:</b> ( ) INICIAIS; ( ) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ ( ) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA; ( ) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS: ( ) IDOSO; ( ) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE; ( ) AÇÕES DE ALIMENTOS; ( ) RÉU PRESO; ( ) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA; ( ) ALVARÁ DE SOLTURA; ( ) POR ORDEM CRONOLÓGICA ( ) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO; ( ) OUTRO		
<b>OBSERVAÇÕES: Conforme informado pelo diretor de secretaria não há ordem prioritária entre os</b>		



feitos supra elencados, sendo feita a conclusão de todos conjuntamente e seu cumprimento sem observação de prioridade entre eles.

**9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ**

SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	X	
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS	X	
BACENJUD	X	
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA		X
INFOJUD	X	
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES		X
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIIS	X	
INFOSEG	X	
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	X	
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO		X
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA		X
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA		X
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	X	

**9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE?**

( ) Sim (X) Não

Justificar: Não há PADS e SINDICÂNCIAS sendo apuradas na Comarca.

**10. INDICADORES CÍVEIS**

**10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011):**

Conforme relatório de cumprimento das metas feito pela SEPLAN, há 213 processos da meta 2/2015 pendentes de julgamento, sendo 89 cíveis, 115 penais e 9 do Tribunal do Júri.

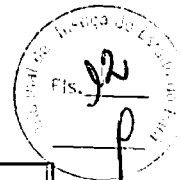
Aponte-se ainda que, conforme a listagem de processos disponível no portal de metas, há apenas 132 processos da meta 2/2015 pendentes de julgamento, quantidade essa que se coaduna ao informado pelo diretor de secretaria.

Conforme informado pelo Diretor de Secretaria há 88 processos cíveis nesta situação, conforme relação a seguir:

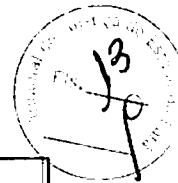
Nº PROCESSO ACÃO/TRAMITAÇÃO	TRAMITAÇÃO	OBSERVAÇÃO
0000143-79.2006.814.0057		
0000148-54.2006.814.0057		
0000089-58.2006.814.0057		
0000166-82.2007.814.0057		
0000089-79.2007.814.0057		
0000119-26.2007.814.0057		
0000257-15.2011.814.0057		
0000084-28.2008.814.0057		
0000297-30.2008.814.0057		



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



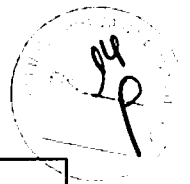
0000599-72.2008.814.0057		
0000405-72.2008.814.0057		
0000452-31.2008.814.0057		
0000420-16.2009.814.0057		
0000053-10.2009.814.0057		
0000109-21.2009.814.0057		
0000481-04.2009.814.0057		
0000019-83.2009.814.0057		
0000601-83.2009.814.0057		
0000643-67.2009.814.0057		
0000390-71.2009.814.0057		
0000374-54.2009.814.0057		
0000547-62.2009.814.0057		
0000094-96.2009.814.0057		
0000183-39.2009.814.0057		
0000310-83.2009.814.0057		
0000043-81.2010.814.0057		
0000034-29.2010.814.0057		
0000426-09.2010.814.0057		
0000450-83.2010.814.0057		
0000446-06.2010.814.0057		
0000313-89.2010.814.0057		
0000274-90.2010.814.0057		
0000699-02.2010.814.0057		
0000493-62.2010.814.0057		
0000617-24.2010.814.0057		
0000026-69.2010.814.0057		
0000670-50.2010.814.0057		
0000114-17.2010.814.0057		
0000690-47.2010.814.0057		
0000742-78.2010.814.0057		
0000555-43.2010.814.0057		
0000626-76.2010.814.0057		
0000828-72.2011.814.0057		
0000071-59.2011.814.0057		
0000791-48.2011.814.0057		
0000445-32.2011.814.0057		
0000161-94.2011.814.0057		
0000154-32.2011.814.0057		
0000211-38.2011.814.0057		



0000209-48.2011.814.0057		
0000634-57.2011.814.0057		
0000649-79.2011.814.0057		
0000173-34.2011.814.0057		
0000170-49.2011.814.0057		
0000530-92.2011.814.0057		
0000582-26.2011.814.0057		
0000347-37.2011.814.0057		
0000048-77.2011.814.0057		
0000032-60.2011.814.0057		
0000457-69.2011.814.0057		
0000213-28.2011.814.0057		
0000806-70.2011.814.0057		
0000250-37.2011.814.0057		
0000690-68.2011.814.0057		
0000059-22.2011.814.0057		
0000136-25.2011.814.0057		
0000193-31.2011.814.0057		
0000733-47.2011.814.0057		
0000725-87.2011.814.0057		
0000390-16.2011.814.0057		
0000533-77.2011.814.0057		
0000389-21.2011.814.0057		
0000503-33.2011.814.0057		
0000151-47.2011.814.0057		
0000380-66.2011.814.0057		
0000378-76.2011.814.0057		
0000096-31.2011.814.0057		
0000272-24.2011.814.0057		
0000601-28.2011.814.0057		
0000673-56.2011.814.0057		
0000408-23.2011.814.0057		
0000594-63.2011.814.0057		
0000080-14.2011.814.0057		
0000037-35.2011.814.0057		
0000607-95.2011.814.0057		
0000606-03.2011.814.0057		
0000596-53.2011.814.0057		
0000004-06.2011.814.0057		

**10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO:**

Os processos de execução fiscal encontram-se devidamente identificados (tarja cinza), sendo impulsionados



como os demais feitos cíveis.

**10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015 AS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012):**

Sim, há 05 processos nesta situação, conforme relação disponível no portal das metas do TJEPA

**10.4 CONCESSÃO, INDEFERIMENTO OU NÃO APRECIÇÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:**

Não há pedidos de liminar e antecipação de tutela pendentes de apreciação.

Julgados:

2013: 1 antecipação de tutela; 3 liminares

2014: 5 antecipações de tutela; 30 liminares

2015 (até 30/04/2015): 4 antecipações de tutela; 14 liminares

Conforme dados extraídos do sistema LIBRA. Observa-se entretanto que nem todas as decisões cadastradas no sistema são classificadas adequadamente de acordo com o tipo de decisão.

**II. INDICADORES CRIMINAIS**

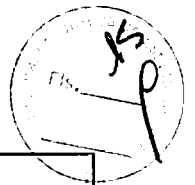
**11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011):**

Conforme relatório de cumprimento das metas feito pela SEPLAN, há 213 processos da meta 2/2015 pendentes de julgamento, sendo 89 cíveis, 115 penais e 9 do Tribunal do Júri.

Aponte-se ainda que, conforme a listagem de processos disponível no portal de metas, há apenas 132 processos da meta 2/2015 pendentes de julgamento, quantidade essa que se coaduna ao informado pelo diretor de secretaria.

Segundo o diretor de secretaria há 46 processos penais nesta situação, conforme relação a seguir:

Nº PROCESSO ACÃO/TRAMITAÇÃO	TRAMITAÇÃO	OBSERVAÇÃO
0000013-03.1996.814.0057		
0000043-04.1997.814.0057		
0000118-86.2005.814.0057		
0000114-09.2005.814.0057		
0000069-61.2006.814.0057		
0000181-07.2007.814.0057		
0000021-31.2007.814.0057		
0000109-76.2007.814.0057		
0000307-77.2008.814.0057		
0000131-84.2008.814.0057		
0000079-53.2008.814.0057		
0000363-88.2008.814.0057		
0000034-84.2008.814.0057		
0000111-87.2008.814.0057		
0000144-19.2008.814.0057		
0000207-92.2008.814.0057		
0000283-03.2008.814.0057		



0000113-77.2008.814.0057		
0000089-03.2008.814.0057		
0000143-45.2009.814.0057		
0000168-17.2009.814.0057		
0000563-79.2009.814.0057		
0000106-36.2009.814.0057		
0000632-25.2009.814.0057		
0000462-02.2009.814.0057		
0000266-12.2009.814.0057		
0000205-47.2010.814.0057		
0000807-65.2011.814.0057		
0000700-18.2011.814.0057		
0000781-98.2011.814.0057		
0000086-81.2011.814.0057		
0000082-04.2011.814.0057		
0000034-50.2011.814.0057		
0000031-65.2011.814.0057		
0000076-34.2011.814.0057		
0000128-65.2011.814.0057		
0000516-65.2011.814.0057		
0000275-09.2011.814.0057		
0000667-86.2011.814.0057		
0000663-09.2011.814.0057		
0000379-71.2011.814.0057		
0000623-15.2011.814.0057		
0000584-16.2011.814.0057		
0000303-63.2011.814.0057		
0000126-75.2011.814.0057		
0000777-21.2011.814.0057		

Observa-se a necessidade de fazer a comparação destes feitos com a listagem disponível no portal de metas do TJEPa para verificar a origem da discrepância.

**11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: 30**

**11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: 42**

**11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS:**

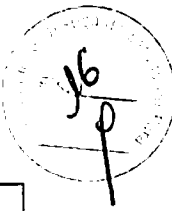
( ) Sim (X) Não

Justificar: Total de presos: 72, sendo 42 provisórios, representando 58,3% do total

**11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ:**

(X) Sim ( ) Não





Justificar:

**11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR?**

( X ) Sim ( ) Não

Justificar:

**11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2014-ENASP/CNJ (JULGAMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA CUJA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009):**

Conforme a listagem de processos incluídos na meta 2/2015 disponível no portal das metas do TJEPA, não há ações de competência do Tribunal do Júri anteriores a 2010 pendentes de julgamento

**11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: 07 sessões do tribunal do Júri.**

## 12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE

**12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE: Há 01 (um) menor nesta condição.**

- JOÃO LEANDRO AZEVEDO

Nº PROCESSO AÇÃO/TRAMITAÇÃO	TRAMITAÇÃO	OBSERVAÇÃO
0000325-12.2015.8.14.0057		

**12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS: Não há.**

**12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS: Não há.**

**12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS?**

( ) Sim ( X ) Não

Justificar:

**12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA: Não há**

**12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS - EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS:**

( ) Sim ( X ) Não

Justificar:

**12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA?**  
Não

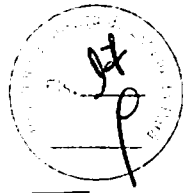
**12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES?**

Prejudicado

**12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA?**

Sim, CREAS/CRAS

## 13. INDICADORES EXECUÇÃO PENAL



Justificar:

**11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR?**

Sim       Não

Justificar:

**11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2014-ENASP/CNJ (JULGAMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA CUJA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009):**

Conforme a listagem de processos incluídos na meta 2/2015 disponível no portal das metas do TJEP, não há ações de competência do Tribunal do Júri anteriores a 2010 pendentes de julgamento

**11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: 07**  
sessões do tribunal do Júri.



**12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE: Há 01 (um)**  
menor nesta condição.

J. L. A.

Nº PROCESSO AÇÃO/TRAMITAÇÃO	TRAMITAÇÃO	OBSERVAÇÃO
0000325-12.2015.8.14.0057		

**12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS: Não há.**

**12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS: Não há.**

**12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS?**

Sim       Não

Justificar:

**12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA: Não há**

**12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS - EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS:**

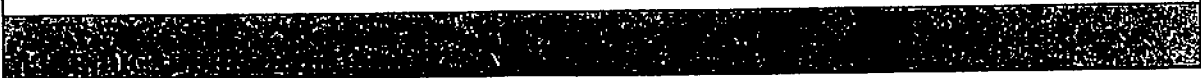
Sim       Não

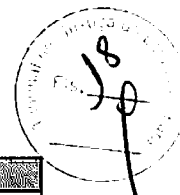
Justificar:

**12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA?**  
Não

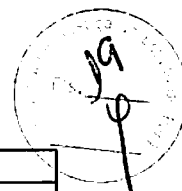
**12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES?**  
Prejudicado

**12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA?**  
Sim, CREAS/CRAS





<b>13.1 EXITEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUIZO SENTENCIANTE?</b> ( ) Sim ( X ) Não Justificar:		
<b>13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR?</b> ( ) Sim ( X ) Não Justificar:		
<b>13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO?</b> ( ) Sim ( X ) Não Justificar:		
<b>13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR?</b> ( X ) Sim ( ) Não Justificar:		
<b>13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA?</b> Não, os presos da Comarcas são transferidos para instituições prisionais que dispõe de vagas, geralmente não custodiados no Centro de Regional de Recuperação de Castanhal – CRRCAST.		
<b>13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO?</b> Não		
<b>13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA?</b> Mensalmente		
<b>13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO?</b> Não		
<b>14 PRECATORIAS</b>		
<b>14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO:</b> 06		
<b>14.2 TOTAL DE CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS E AINDA NÃO DEVOLVIDAS:</b> 20		
<b>14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA:</b> 37 Cíveis e 27 Penais, perfazendo um total de 64 cartas precatórias pendentes de resposta.		
<b>14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO?</b> ( X ) Sim ( ) Não Justificar: Há tramitação interna na secretaria “aguardando retorno de precatória”, revisados mensalmente para solicitar devolução daquelas com prazo extrapolado.		
<b>15 INQUÉRITOS POLICIAIS</b>		
<b>15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO:</b> Não há inquéritos pendentes, tão logo sejam distribuídos e autuados os inquéritos são encaminhados ao Ministério Público.		
<b>15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO:</b> 21 Inquéritos policiais, conforme relação a seguir:		
<b>Nº PROCESSO ACÃO/TRAMITAÇÃO</b>	<b>TRAMITAÇÃO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
0000170-70.2012.814.0057		



0001103-79.2015.814.0057		
0004246-13.2014.814.0057		
0000823-11.2015.814.0057		
0001159-15.2015.814.0057		
0001161-82.2015.814.0057		
0000785-96.2015.814.0057		
0001232-84.2015.814.0057		
0001344-53.2015.814.0057		
0001160-97.2015.814.0057		
0001231-02.2015.814.0057		
0001419-92.2015.814.0057		
0002418-45.2015.814.0057		
0000808-47.2012.814.0057		
0001320-25.2015.814.0057		
0003706-21.2014.814.0057		
0000722-71.2015.814.0057		
0000020-23.2011.814.0057		
0000107-44.2015.814.0057		
0005419-38.2015.814.0057		
0004429-47.2015.814.0057		

**15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS:**  
07 Inquéritos policiais, conforme ralação a seguir:

Nº PROCESSO ACÃO/TRAMITAÇÃO	TRAMITAÇÃO	OBSERVAÇÃO
0003600-37.2013.814.0057		
0001691-23.2014.814.0057		
0001692-08.2014.814.0057		
0003123-14.2013.814.0057		
0003213-85.2014.814.0057		
0004247-95.2014.814.0057		
0004249-65.2014.814.0057		

**16 PETIÇÕES:**

16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: Não

16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: Não

16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: Não

16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 40

16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: Não

16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: Não

**17 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA**

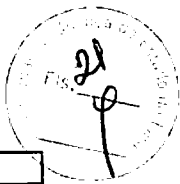
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 275

17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS:  
Aproximadamente 280

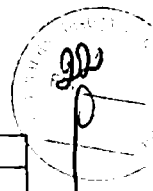


20  
P

<b>17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO:</b> 106 Em razão dos trabalhos preparatórios para correição houve um pequeno acúmulo de trabalho, agravado pela licença do magistrado em razão de falecimento de familiar na semana anterior à correição, sendo conclusos à magistrada apenas os feitos prioritários.		
<b>17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS:</b> 03		
<b>17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS:</b> 419		
<b>17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:</b>		
<b>NOME</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>DATA MAIS ANTIGA</b>
Paulo Carvalho Costa	60	28/04/2015
Peter Jones Vieira da Silva	72	28/04/2015
<b>17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO?</b> ( X ) Sim ( ) Não Justificar: O controle é feito pela secretaria com contato direto com o oficial de justiça, sendo raros os casos de extrapolação de prazos		
<b>17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:</b>		
	<b>QUANTIDADE:</b>	<b>CARGA MAIS ANTIGA:</b>
<b>17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	117	18/11/2014
<b>17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA</b>	31	14/04/2015
<b>17.7.3 ADVOGADO</b>	54	24/10/2012
<b>17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO?</b> ( X ) Sim ( ) Não Justificar: é feita cobrança através de publicação no diário solicitando a devolução dos feitos com carga externa. Contudo, ressaltou o diretor de secretaria que acredita que as cargas mais antigas não correspondem a processos que estejam de fato fora da secretaria, mas de processos apenas cujo recebimento no sistema foi feito apenas no processo principal, ficando a carga do apenso em aberto a despeito de seu recebimento em secretaria. Ressaltou o diretor que ainda não teve tempo hábil para fazer tal verificação.		
<b>18 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 05/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)</b>		
<b>18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ?</b> ( X ) Sim ( ) Não Justificar:		
<b>18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS?</b> ( ) Sim ( X ) Não Justificar: o depósito não oferece condições de segurança, havendo guarda de armas em secretaria enquanto aguardam o recolhimento pela comissão responsável		
<b>18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS?</b> ( X ) Sim ( ) Não Justificar:		
<b>18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:</b>		
<b>BEM</b>	<b>PROCESSO</b>	<b>NOME DAS PARTES</b>



Conforme relação anexa		
18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO? ( X ) Sim ( ) Não Justificar: Sim, há uma arma que foi encaminhada no dia 14/05/2015. A Comissão Recolhimento, esteve na Comarca em março/2015.		
18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)? ( ) Sim ( X ) Não Justificar: Não há pedido de doação de armas ao exército		
<b>19 CUSTAS E DEPOSITOS JUDICIAIS</b>		
19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE? ( X ) Sim ( ) Não		
19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ? ( X ) Sim ( ) Não Justificar:		
19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS? ( ) Sim ( X ) Não Justificar:		
19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL? ( X ) Sim ( ) Não Orlando Conceição Silva de Oliveira		
19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO? ( X ) Sim ( ) Não Justificar:		
19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA? ( X ) Sim ( ) Não Justificar:		
<b>PROCESSOS ALEATÓRIOS – CÍVEIS</b>		
Nº PROCESSO ACÃO/TRAMITAÇÃO	TRAMITAÇÃO	OBSERVAÇÃO
0000040-04.2001.814.0057		
0000048-61.2001.814.0057		
0000009-20.1999.814.0057		
0000007-43.1995.814.0057		
0000007-72.2001.814.0057		
0000006-77.2001.814.0057		
0000003-92.2001.814.0057		
0000336-92.2011.814.0057		
0000066-76.2006.814.0057		



0000055-26.2001.814.0057		
0000015-45.1997.814.0057		
0000005-61.2000.814.0057		
0000257-15.2007.814.0057		
0000024-71.2005.814.0057		
0000604-47.2008.814.0057		
0000250-37.2011.814.0057		
0000136-25.2011.814.0057		
0000530-92.2001.814.0057		
0000596-53.2011.814.0057		
0000610-17.2008.814.0057		
0000791-48.2011.814.0057		
0000690-68.2011.814.0057		

**PROCESSOS ALEATÓRIOS – PENAIS**

Nº PROCESSO ACÃO/TRAMITAÇÃO	TRAMITAÇÃO	OBSERVAÇÃO
0000007-17.2003.814.0057		
0000032-86.2003.814.0057		
0000043-31.2003.814.0057		
0000081-56.2004.814.0057		
0000006-43.2004.814.0057		
0000017-35.1997.814.0057		
0000023-13.1997.814.0057		
0000020-62.1999.814.0057		
0000056-21.2001.814.0057		
0000026-95.2002.814.0057		
0000181-07.2007.814.0057		
0000084-28.2008.814.0057		
0000374-33.2008.814.0057		
0001212-98.2012.814.0057		
0000583-55.2008.814.0057		
0000116-07.2010.814.0057		
0000114-09.2005.814.0057		
0000168-17.2009.814.0057		
0000109-76.2007.814.0057		
0000111-87.2008.814.0057		

**PROCESSOS ALEATÓRIOS – PRESOS PROVISÓRIOS**

Nº PROCESSO ACÃO/TRAMITAÇÃO	TRAMITAÇÃO	OBSERVAÇÃO
0005428-68.2013.814.0057		
0000924-48.2015.814.0057		
0000604-95.2015.814.0057		
0000581-52.2015.814.0057		
0001146-16.2015.814.0057		
0001966-69.2014.814.0057		
0004266-04.2014.814.0057		
0001908-66.2014.814.0057		
0000822-26.2015.814.0057		
0001142-76.2015.814.0057		

**PROCESSOS ALEATÓRIOS – EXECUÇÃO PENAL**

Nº PROCESSO ACÃO/TRAMITAÇÃO	TRAMITAÇÃO	OBSERVAÇÃO
--------------------------------	------------	------------



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



0000807-57.2015.814.0057		
0001046-61.2015.814.0057		
0000687-14.2015.814.0057		
0000699-28.2015.814.0057		
0001122-85.2015.814.0057		
0000702-80.2015.814.0057		
0001552-71.2014.814.0057		
0000630-93.2015.814.0057		
0000629-11.2015.814.0057		
0000603-13.2015.814.0057		
0000141-56.2015.814.0057		
0003894-55.2014.814.0057		
0000642-10.2005.814.0057		
0004443-65.2005.814.0057		
0004013-50.2013.814.0057		
0000763-72.2011.814.0057		
0001081-21.2015.814.0057		
0000928-85.2015.814.0057		
0000065.85.2015.814.0057		
0002926-25.2014.814.0057		
0005106-14.2014.814.0057		
0000101-19.2007.814.0057		
0000921-93.2013.814.0057		
0001251-90.2015.814.0057		
0002006-51.2014.814.0057		

**PROCESSOS ALEATÓRIOS – INFÂNCIA E JUVENTUDE**

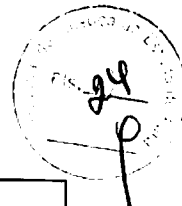
Nº PROCESSO ACÃO/TRAMITAÇÃO	TRAMITAÇÃO	OBSERVAÇÃO
0000325-12.2015.814.0057		
0005148-97.2013.814.0057		
0000642-51.2008.814.0057		
0000619-14.2010.814.0057		
0000089-79.2007.814.0057		
0000426-09.2010.814.0057		
0004871-81.2013.814.0057		
0000043-81.2010.814.0057		
0003629-87.2013.814.0057		
0001776-77.2012.814.0057		
0003792-67.2013.814.0057		

**PROCESSOS ALEATÓRIOS – ATO INFRACIONAL**

Nº PROCESSO ACÃO/TRAMITAÇÃO	TRAMITAÇÃO	OBSERVAÇÃO
0000064-94.2011.814.0057		
0004914-18.2011.814.0057		
0000066-17.2015.814.0057		
0002526-11.2014.814.0057		
0002809-34.2014.814.0057		
0003369-73.2014.814.0057		
0004969-66.2013.814.0057		
0005029-39.2013.814.0057		
0004164-79.2014.814.0057		
0002811-04.2014.814.0057		

**PROCESSOS ALEATÓRIOS – AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE**





ADMINISTRATIVA		
Nº PROCESSO ACÃO/TRAMITAÇÃO	TRAMITAÇÃO	OBSERVAÇÃO
0002784-55.2013.814.0057		
0004270-75.2013.814.0057		
0004271-60.2013.814.0057		
0000003-03.2006.814.0057		

**20 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:**

A comarca de Santa Maria do Pará conta hoje em seu quadro funcional com 08 (oito) servidores do quadro próprio do Tribunal de Justiça do Estado e com 06 (seis) servidores cedidos pela Prefeitura do Município. O atual Diretor de Secretaria Sr. Reginaldo Cardoso da Cruz, Analista Judiciário, matrícula 116556, foi relotado na comarca de Santa Maria do Pará, a partir do dia 13/11/2013 e nomeado Diretor no dia 02/12/2013, conforme portaria nº 055/2013 (anexa). Tramitam atualmente na Vara Única da Comarca mais de 2000 processos entre cíveis e penais, sendo que todos os atos judiciais, as tramitações externas e internas, são devidamente cadastrados no sistema Libra. Os equipamentos a disposição da secretaria judicial (computadores, impressoras, scannes, imobiliário, aparelhos telefônicos e etc.) em sua maioria estão ultrapassados, o que ocasiona atraso no andamento normal das atividades, tendo em vista que estes equipamentos apresentam falha constantemente. O espaço físico da secretaria está reduzido, sendo necessário readaptações no prédio do Fórum para suprir esta necessidade.

**21 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:**

Na 4ª Região, esta Comarca é a 2ª colocada em arrecadação, diante a grande rotatividade de processos. Há necessidade da Comarca ser atendida com a reforma geral do prédio, que em decorrência da idade de uso vem apresentado sérios problemas estruturais, bem como deve-se adequar melhor os espaços internos, com adaptações necessárias à otimização dos serviços judiciários. Aguardo a nomeação de assessor de juiz de 1º entrância, sem o qual dificultar sobre maneira a entrega da prestação jurisdicional. Em geral os serviços estão sendo bem conduzidos pelas equipes de trabalho, conquanto ainda conte com parcela considerável de servidores do município, sem o qual inviabilizaria por completo os serviços prestados ao jurisdicionados.

/ 2015.